

**Olhares e práticas no âmbito do acolhimento institucional:
algumas problematizações**

**Perspectives and practices in the institutional residential shelters:
some problematizations**

DOI:10.34117/bjdv5n9-027

Recebimento dos originais: 18/07/2019

Aceitação para publicação: 06/09/2019

Liana Cristina Dalla Vecchia Pereira

Doutoranda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina

Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina

Endereço: Rua Engenheiro Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n – Campus
Universitário Trindade, Anexo Bloco E do CFH/UFSC, Florianópolis - SC, Brasil

E-mail: lianadvp@gmail.com

Sandra Noemi Cucurullo de Caponi

Doutora em Lógica e Filosofia da Ciência pela UNICAMP

Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina

Endereço: Rua Engenheiro Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n – Campus
Universitário Trindade, Anexo Bloco E do CFH/UFSC, Florianópolis - SC, Brasil

E-mail: sandracaponi@gmail.com

RESUMO

O presente ensaio objetivou dar visibilidade a alguns dos discursos e formas de ver e intervir no acolhimento institucional de crianças e adolescentes em um abrigo residencial em Porto Alegre. Utilizou-se o percurso cartográfico como método e a problematização como disparador reflexivo a partir da experiência como trabalhadora. Prevalecem a deslegitimação dos modos de cuidar das famílias que vivem em situação de risco social e mantêm-se naturalizadas algumas práticas institucionais permeadas pela coerção, além da fragmentação e fragilidade dos processos de trabalho. Faz-se necessária a construção de espaços reflexivos que possibilitem a composição de formas singulares e criativas de intervir.

Palavras-chave: Acolhimento Institucional; Políticas Públicas; Crianças e Adolescentes

ABSTRACT

This essay aimed to give visibility to some of the discourses and ways of seeing and intervening in the institutional residential shelters of children and adolescents in Porto Alegre. The cartographic path was used as method and the problematization as a reflexive trigger from the experience as a worker. It prevails the de-legitimacy of the ways that families living in social risk situations looked after their children. Furthermore, some institutional practices were permeated by coercitive discourses and the fragmentation and fragility of work processes. It is necessary to promote reflexive spaces to develop singular and creative ways of intervening.

Keywords: Institutional Residential Shelters; Public Policy; Children and Adolescents.

1. INTRODUÇÃO

Através da Constituição Cidadã Brasileira e promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as crianças e adolescentes passaram a ser concebidos como sujeitos de direito e em peculiar condição de desenvolvimento. A partir de então, é considerado como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida (BRASIL, 1990, Art. 4) e à proteção a toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, Art. 227). Neste novo marco legal, as políticas públicas para a infância e juventude passam a pautar-se pela proteção integral e promoção do seu pleno desenvolvimento.

A mudança de paradigma foi engendrada pelos movimentos sociais ocorridos no período de redemocratização brasileira, configurando a luta pela garantia de direitos sociais universais diante do cenário repressivo da ditadura militar, fomentado pela inclusão de diretrizes da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989. No entanto, transformar a herança assistencialista e de caridade que permeia as intervenções com crianças e adolescentes que vivem em situação de desigualdade e exclusão social no Brasil deslocando-os da categoria de '*necessitados*' ou '*carentes*' para a condição de '*sujeitos de direitos sociais*' não se resume somente à alteração de documentos e legislação, embora estes sejam essenciais no processo de mudança (ROMAGNOLI, 2016). Desta forma, é importante atentar para o campo de forças e para as diferentes linhas que constituem as disputas no âmbito das políticas públicas com a finalidade de problematizar as configurações e práticas possíveis.

2. OBJETIVO

Diante da complexidade existente no campo das políticas públicas da infância e juventude busca-se, através deste ensaio, dar visibilidade a alguns discursos e formas de ver e intervir no acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Serão discutidas as questões institucionais que permeiam as práticas dos trabalhadores e das trabalhadoras de um abrigo residencial em Porto Alegre. Propõe-se colocar em análise as inquietações despertadas na experiência como trabalhadora de uma equipe técnica para problematizar as práticas discursivas e não discursivas com a finalidade de fomentar possíveis movimentos instituintes que promovam potência criativa de vida.

3. JUSTIFICATIVA

Os aparatos assistenciais que atuam pela garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes ainda são atravessados pela lógica de afastamento do convívio familiar como resposta frente à situação de pobreza, mesmo que o ECA busque romper com esta cultura ao postular a excepcionalidade e provisoriedade da medida de acolhimento institucional, pois considera que a pobreza não constitui motivo para o afastamento da família (BRASIL, 1990, Art. 23). Neste sentido, o agenciamento de mudanças culturais é bastante complexo, sendo importante promover movimentos de reflexão e crítica constantes para desnaturalizar e transformar os modos de ver, sentir e agir que conformam regiões de visibilidade e campos de dizibilidade nas diferentes formações históricas (DELEUZE, 1990), pois alguns saberes-poderes têm maior legitimidade e aceitabilidade que outros, ainda que coexistam. Neste sentido, Kastrup e Barros (2015) destacam a dimensão do poder-saber das linhas de força, que “levam as palavras e as coisas à luta incessante por sua afirmação”, assim como as linhas de subjetivação, que inventam modos de existir, configurando linhas de visibilidade e de enunciação em um conjunto multilinear que combina os visíveis e dizíveis de um estrato. Desta forma, podemos considerar que a transformação das práticas socioassistenciais passa pela problematização dos modos de ver, enunciar e agir, coengendrados no âmbito coletivo. Assim, faz-se necessário a construção de espaços reflexivos para visibilizar e colocar em análise os saberes e as práticas realizadas para problematizá-las e possibilitar a composição de formas de intervir criativas e que atuem na garantia de direitos postulados pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

4. MÉTODO

Para acompanhar o percurso do presente ensaio, utilizou-se o *método cartográfico*, inaugurado por Deleuze e Guattari (1995) e desenvolvido por várias/os autoras/es, no Brasil (KASTRUP, 2007; PASSOS, BARROS, 2015; ROLNIK, 2011). A cartografia vem do campo da análise institucional e da pesquisa-intervenção, baseado na inseparabilidade entre conhecer e fazer, pesquisar e intervir. Nesta perspectiva, entende-se que o conhecimento não existe em si, mas é produzido e transformado no encontro e na relação com o campo da pesquisa. A escolha por este método se dá pela possibilidade de acompanhar um processo em constante movimento, não se tratando de representar objetos em sua forma instituída, mas de construir um diagrama de forças, afetos e conexões (KASTRUP, 2007). O cartografar está voltado para o plano da experimentação, da criação e construção, considerando o processo de

transformação. Para Deleuze e Guattari (1995) consiste em mapear, detectar forças, direções e movimentos, os quais escapam ao plano das formas. O termo cartografia vem da geografia e referencia-se à idéia de mapa, porém não apenas de modo estático, apresentando uma dimensão dinâmica do território que busca capturar intensidades, registrar o acompanhamento das transformações ocorridas durante o percurso e envolve a implicação do sujeito percebido do mundo cartografado (KIRST et. al., 2003). Assim, mapear não pode ser pensado apenas como desenho/produto final, mas principalmente pelo movimento envolvido para a sua construção enquanto processo.

Passos e Barros (2015) salientam que na cartografia há uma reversão do sentido tradicional de método, pois não mais se traça um caminho para alcançar metas pré-estabelecidas (metá-hódos), mas é no percurso que se (re)constroem as metas (hódos-méta). Este é o caminho metodológico realizado no presente ensaio, onde a produção do conhecimento parte do intervir para conhecer e a construção aconteceu no encontro com o campo. Na cartografia o desenho acompanha os movimentos e transformações da paisagem e, ao mesmo tempo, se faz e se desfaz – desmanchando certos mundos e criando outros que expressem os afetos contemporâneos, “sendo tarefa do cartógrafo dar língua para os afetos que pedem passagem” ao criar pontes de linguagem (ROLNIK, 2011, p. 23). Afeto é entendido, aqui, como a capacidade dos corpos afetarem e serem afetados nos encontros com outros/as. A cartografia resgata a sensibilidade das experimentações e dos aprendizados impulsionados pela vida e o conhecimento produz-se no limiar de desterritorialização possível, sendo esta a regra de ouro do/a cartógrafo/as para ampliar as formas de conhecer e ir além do instituído.

Para operar a cartografia, foram utilizados os espaços possíveis de reflexão para colocar em análise as inquietações experimentadas e para dar visibilidade aos processos de trabalho instituídos para fomentar problematizações. Optou-se por considerar o percurso enquanto trabalhadora (psicóloga) que compunha a equipe um abrigo institucional no município de Porto Alegre no período de dezesseis meses. Priorizou-se pelo registro das questões construídas nos encontros singulares com as/os demais trabalhadoras/es do abrigo, equipes que intervêm no território, com as/os acolhidas/os e seus familiares, bem como durante as reuniões da equipe e rede socioassistencial. O presente ensaio foi produzido nas disciplinas cursadas no Programa de Pós-Graduação de Psicologia Social e Institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que fomentaram a reflexão e o registro da experiência com a presente metodologia.

O processo cartográfico foi registrado em *diários de campo*, ferramenta na qual os encontros e as implicações da trabalhadora-pesquisadora buscaram estabelecer diálogo com as intensidades vivenciadas, o que possibilitou acompanhar as (des)continuidades do percurso que foi transformado e reinventado. Sobre o diário de campo, Bocco (2009) o descreve como espaço em que a singularidade é registrada no momento da experimentação, incluindo os “afetos, desconfortos, dúvidas sentidas no percurso do fazer (...) também permite trazer as agitações, falas e intensidades (...) dando ao texto uma riqueza vivencial valiosa” (p. 21).

Serão apresentadas, brevemente, a síntese das questões que emergiram no percurso cartográfico, iniciando por aportar reflexões sobre os modos de intervir com as questões sociais nos aparatos socioassistenciais no contexto brasileiro. Posteriormente, serão apontadas algumas das problematizações acerca do lugar do acolhimento institucional, os aspectos desafiadores dos processos de trabalho, além de passagens possíveis para saídas inventivas.

5. RESULTADOS

5.1 SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: COMO SE INTERVÉM COM AS QUESTÕES SOCIAIS?

O Sistema Único da Assistência Social (SUAS) visa à universalização dos direitos sociais através da rede de serviços socioassistenciais organizada por níveis de complexidade: proteção social básica (PSB) e especial (PSE) (BRASIL, 2005). A política está direcionada ‘a quem dela necessitar’, não sendo universal do ponto de vista do acesso. Desta forma, o SUAS se constitui como uma política cujos usuários e usuárias são pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social - atendidas na PSB ou situação de *risco social* (violação dos direitos sociais) - acolhidas na PSE. Neste sentido, cabe problematizar o que configura uma situação de vulnerabilidade/risco: quais são as lentes que utilizamos para olhar as situações e quais são os mecanismos utilizados para fortalecer os vínculos e potencialidades das pessoas? São prevalentes os modos de subjetivação que esperam uma família dentro de certas normatizações e formas de cuidar e o que desvia, tende a ser visto como potencial risco.

No âmbito do acolhimento institucional muitas situações são acolhidas no abrigo residencial sem a escuta/intervenção prévia com a família, como forma de ‘prevenir o agravamento da vulnerabilidade’, o que constitui outra forma de violência pela ruptura de vínculos. Além disso, nas práticas diárias há uma diversidade de olhares sobre a mesma família, que ao invés de reconhecer suas potencialidades e investir nestas, tende a julgá-la segundo determinadas lentes, inscrevendo-os como ‘*incapazes*’ de cuidar das crianças, sem

compreender a dimensão subjetiva e social de suas vivências e reprodução destas. O SUAS pressupõe como estratégia o acompanhamento dos processos de vida e produção de ruptura dos ciclos de violência/violação de direitos para fomentar outros modos de viver, compreendendo tais processos na conjuntura social em que estão inseridos.

Independente do nível de complexidade de atenção socioassistencial, as questões são atravessadas pela desigualdade social enraizada desde a constituição do país. Neste sentido, outro ponto relevante a ser problematizado é o fato de que as políticas públicas brasileiras tendem responder de forma individualizada às questões sociais que podem levar à responsabilização dos sujeitos pelas suas vivências. A situação de pobreza, assim como as desigualdades sociais, são reflexos da conjuntura sócio-histórico-política de um país e do modelo de sociedade adotado. Assim, cabe questionar quais são os interesses e os efeitos deste processo de individualização e culpabilização como resposta às questões sociais e quais são os espaços possíveis para a dimensão do coletivo nas políticas públicas da infância e juventude. Prevalece a simplificação na medida em que se adotam medidas individualizantes - com foco na família - que perpassam a responsabilização dos sujeitos ao invés de focar na complexidade das situações - que são sociais e coletivas. Por exemplo, o motivo mais comum para o acolhimento institucional é a ‘negligência’ - conceito amplo que abarca, inclusive, questões geradas pela falta de recursos. Poucas pessoas/famílias são “negligentes” porque querem. Em muitas situações, há a reprodução dos modos de se relacionar, que dificulta a ruptura do ciclo de violência/violação de direitos pela naturalização das vivências. As políticas públicas da infância e juventude almejam rupturas para garantir o cuidado integral; mas quais são as práticas utilizadas para criar espaços de reflexão e ressignificação dos modos de cuidar?

5.2 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: QUE LUGAR É ESTE?

O acolhimento institucional é um serviço de proteção e socioeducação, correspondendo ao nível de proteção social especial de alta complexidade no SUAS, cuja finalidade é acolher as crianças e adolescentes que vivenciaram situações de violação de direitos e que precisaram ser afastados do convívio familiar (BRASIL, 2009). Desta forma, se caracteriza por ser uma medida *protetiva* de caráter *excepcional* (em último caso) e *provisório* (BRASIL, 1990, Art.101), cuja permanência não deve se prolongar por mais de dois anos, salvo comprovada a necessidade.

Como o próprio nome revela, trata-se de uma instituição - acolhimento institucional, mesmo que a proposta seja se assemelhar a uma residência acolhedora: abrigo residencial.

Ainda assim, é um espaço que reproduz a lógica dos orfanatos e das instituições de caridade que cuidavam as crianças órfãs, abandonadas, os bebês fruto das gestações indesejadas, filhos/as de famílias em situação socioeconômica desfavorecida ou mesmo os jovens retirados da rua. O modelo do orfanato é atravessado pela lógica da caridade e não de direitos e por práticas educativas punitivas regidas por regras rígidas e generalizadas, onde a singularidade se perde em meio ao todo.

Trata-se, na maioria das situações, de um lugar de não escolha, de não desejo, no sentido de que os/as acolhidos/as não optaram por estar no abrigo. Aliás, muitas vezes eles e elas não tiveram uma opção. Por um lado, é uma medida para assegurar o cuidado e proteção para o desenvolvimento integral. Por outro lado, a maioria dos/as acolhidos/as preferiria estar com familiares ou na comunidade. Desta forma, o acolhimento institucional é intervenção que implica rompimento de vínculos, pressupondo o trabalho na fratura - com o não desejo e com o traumático – tanto pelo afastamento do convívio familiar, como pela vivência de risco social devido à violação de direitos (ex. negligência, maus tratos, abuso, exploração sexual, situação de rua, trabalho infantil). Diante do exposto, cabe problematizar como se promove cuidado, proteção e o desenvolvimento integral em um lugar-transitório que pressupõe experiência de ruptura e de não desejo de habitar este espaço.

Além disso, a ênfase na *provisoriedade* prevista para a vivência em um serviço de acolhimento institucional o configura como um *lugar para morar, mas não para viver*, mesmo quando o abrigo é o único lugar possível de ser habitado naquele momento, gerando contradições postuladas pela própria política e legislação. Toda a chegada e saída de um/a acolhido/as reverbera de forma intensa nos/as demais residentes, pois revivem a sua chegada ou se frustram por ainda permanecer no local. No entanto, há acolhidos/as que vivem desde pequenos/as nos abrigos, reconhecendo o local como sua referência de vínculos afetivos e educativos, tornando-se difícil o momento da despedida. De qualquer forma, trata-se de um lugar - nem sempre tão transitório - cheio de vida, de histórias e de intensidades, com algumas brechas possíveis para ressignificar o cuidado, suas vivências e forma de se relacionar e de construir vínculos afetivos e protetivos.

5.3 ENTRE OLHARES E PRÁTICAS NO ABRIGO RESIDENCIAL: PROBLEMATIZAÇÕES E PASSAGENS POSSÍVEIS

O habitar o abrigo residencial como trabalhadora desperta uma intensidade de sensações, nas quais dificilmente se encontra espaço para oxigenar e refletir sobre a própria

prática num cotidiano atravessado por tantas demandas, urgências e o sentimento constante de processos inacabados. Neste sentido, Coimbra e Nascimento (2007) apontam que tanto a produção de urgências, como o acúmulo de tarefas são dispositivos que demandam respostas rápidas e técnicas, podendo levar a práticas sobreimplicadas que impedem a análise reflexiva, contribuindo para a fragilização de espaços coletivos de discussão e o fortalecimento da institucionalização de determinados modos de ver e intervir. Desta forma, podemos considerar que há uma sobreimplicação neste contexto de trabalho que dificulta a possibilidade de refletir sobre as práticas, pois frequentemente nos deparamos com formas de funcionar capturadas por *automatismos*, tal como a reprodução da antiga função de monitor/a e cuidador/a que se limita a monitorar comportamentos ou investir nos cuidados básicos de higiene e alimentação, em que escapa o essencial do processo de educar e intervir como educador/a social. Tal funcionamento vai ao encontro da lógica capitalista contemporânea, em que o tempo se acelera, naturalizando respostas automatizadas que inibem a reflexão singular das situações experimentadas. Neste espaço de socioeducação, todos os trabalhadores e as trabalhadoras estão implicados/as na complexa função de educar.

Durante a experiência como trabalhadora de um abrigo residencial, alguns discursos recorrentes despertaram intensa inquietação, tais como verbalizações das crianças e adolescentes: ‘tem que surtar pra conseguir o que se quer’, que refletia, inclusive, nas brincadeiras de ‘surto’, bem como os discursos imbricados de certa ameaça proferidos por trabalhadores/as: ‘vou chamar a guarda (municipal)’, ‘vou te levar pro PAM’ (serviço de emergência de saúde mental) ou mesmo ‘vou te levar para o DECA’ (delegacia da criança e do adolescente). O ‘surtar’ representa certa agitação e a atitude de incomodar, que por vezes corresponde a quebrar objetos da casa como forma de demonstrar o incômodo sentido pelos/as jovens ou como forma de conseguir o que querem - que muitas vezes dava certo, reforçando tal discurso e atitude, já que educar e colocar limite suportando o enfrentamento é trabalhoso. O desconforto diante destas práticas passa pela reprodução de formas de educar punitivas atreladas a ameaças, de modo a reprimir e ‘terceirizar’ os limites, ao invés de investir na mediação das situações pela palavra e conversa, suportando a agitação para ressignificá-la, além de colocar limites de forma estruturante e educativa. Além disso, a inquietação está na perpetuação destes circuitos que acarretam na internação psiquiátrica e/ou no incremento da judicialização das vidas através da efetuação de boletim de ocorrência e no cumprimento de medidas socioeducativas. Cada situação nomeada como ‘*surto*’ ou ‘*desorganização*’ pode representar uma ampla variedade de sentidos, seja como forma de demonstrar os modos

aprendidos de se relacionar, a expressão do incômodo sentindo, bem como os modos de interagir e intervir institucionalizados no abrigo, tornando-se complexa a ruptura deste funcionamento.

Estas práticas instituídas e a sobreimplicação vivenciada elucidam a necessidade e importância de certo distanciamento e criação de espaços de reflexão para tentar compreender os sentidos das cenas narradas e repensar as intervenções. Além disso, o contexto de trabalho costuma ser permeado por condições precarizadas, como a instabilidade dos vínculos empregatícios, baixa valorização, falta de espaço de formação/capacitação, questões que levam ao frequente adoecimento e grande rotatividade dos/as trabalhadores/as. Estas questões vão contra a própria política que propõe a garantia do pleno desenvolvimento dos/as acolhidos/as, que relatam o sofrimento sentido na saída de educadores/as sociais com os quais haviam construído fortes laços afetivos. Desta forma, urge a necessidade de promover espaços para o cuidado das/os trabalhadoras/es, além de fomentar a construção de espaços de reflexão sobre as práticas cotidianas.

Ao longo dos meses em que desenvolvi o trabalho como psicóloga no abrigo residencial, apesar da grande rotatividade de profissionais – que dificulta a construção de processo de trabalho que rompam com o funcionamento instituído, foi possível problematizar e desconstruir algumas das práticas e discursos narrados. Cabe destacar que não se trata de responsabilizar individualmente os/as trabalhadores/as, mas de dar visibilidade aos atravessamentos enraizados na forma de operar da instituição ‘*abrigo-orfanato*’, que ainda carrega em seu nome e práticas o peso do ‘*institucional*’ que busca ‘*acolhimento*’. Serão apresentados alguns dos elementos que dificultavam a construção de práticas singulares no abrigo no que se referem aos processos de trabalho, tais como a comunicação, a diversidade de olhares que não dialoga e a cisão da equipe.

Um dos nós importantes que dificultavam a construção de práticas inventivas foi a *comunicação*, pois se trata de um espaço onde circulam muitos/as trabalhadores/as com uma diversidade de olhares, saberes e práticas. O trabalhar em equipe pode ser potencializado por esta diversidade quando há possibilidade de estabelecer o diálogo e compor com a multiplicidade. No entanto, diante das emergências cotidianas e dentro de jogos de saber-poder, nota-se o minguar da potência inventiva dos/as trabalhadores/as, seja pela sensação de desvalorização ao não se sentirem ouvidos/as e/ou valorizados/as, como pelas adversidades do próprio sistema. A equipe se organizava e se comunicava através dos seguintes dispositivos: *reuniões de equipe*; o *livro de registro*, a *agenda* e o *quadro*. As reuniões da equipe técnica

aconteciam semanalmente e, com os/as educadores/as sociais, quinzenalmente. O planejamento era um desafio, pois constantemente surgiam demandas emergenciais que atropelavam as dinâmicas reflexivas. O livro de registros é utilizado, principalmente, pelos/as educadores/as sociais ao escrever sobre os acontecimentos como canal de comunicação entre plantões e com a equipe técnica. A *agenda* e o *quadro* são os espaços para organizar a rotina dos/as acolhidos/as no que se refere às saídas para escola, atendimentos e demais atividades. No entanto, parece que os procedimentos instaurados nem sempre cumpriam sua função comunicacional, seja pelo registrar ocultando práticas, pela não leitura ou mesmo pela multiplicação dos canais que se tornaram difusos.

Outro aspecto desafiador consiste na cisão entre equipes, pois visivelmente percebe-se a existência de duas – ou mais – equipes: equipe técnica e equipe de educadores/as sociais. Esta cisão parece estar enraizada desde a conformação dos abrigos-orfanatos, pelas diferenças estabelecidas entre *quem cuida* diariamente e quem aporta o olhar dito ‘*técnico*’ sobre as situações, permeado por práticas hierarquizadas. Além disso, estas diferenciações possivelmente afetam a valorização, pois eram frequentes a desmotivação e o relato dos educadores/as de não se sentirem valorizados/as. Trata-se de um contexto híbrido de diferentes contratações, pois haviam servidores/as públicos (alguns membros da equipe técnica e coordenadora) e profissionais contratados/as pela organização não-governamental através de convênio com a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC). Ambas as situações acarretavam algum tipo de instabilidade, principalmente na segunda forma de contratação. O contexto de decisões políticas também apresentou ambivalências pelas mudanças propostas tanto a nível de instituição conveniada, como pelas propostas de ‘*gestão plena*’ dos abrigos residenciais pelo terceiro setor, que pairavam nas discussões no final de 2016. Independente disso, tornava-se visível esta tensão entre equipes que dificultava a construção de um trabalho comum que integrasse a riqueza da diversidade de olhares e experiências. Esta cisão também era sentida pelos/as acolhidos/as que buscavam brechas diante da desarticulação, impactando nos modos de educar. Cabe destacar que, embora existisse esta cisão, o processo de educar era considerado como atribuição comum a todos/as os/as trabalhadores/as do abrigo, independente do cargo desempenhado, por se constituir como espaço de socieducação.

Apesar desta cisão narrada, tentamos construir linhas norteadoras para o processo de educar nas reuniões de equipe, no sentido de buscar ‘*falar a mesma língua*’ e articular a equipe, tanto entre plantões dos/as educadores/as sociais e destes com a equipe técnica. No entanto, a diversidade de olhares, práticas e saberes existentes por vezes se perdia em meio aos ruídos

comunicacionais ao invés de compor de forma integradora que fomentasse a potência criativa de vida, pois possivelmente estas diferenças nem sempre encontram espaço para a escuta, diálogo e integração. Neste sentido, coabitam diferentes linhas de força: de sedimentação, de fissura e de fratura (DELEUZE, 1990), constituindo um emaranhado a ser posto em análise. Do tempo experienciado neste campo, houveram algumas mudanças nas práticas, mesmo que por curtos períodos, como a redução dos circuitos *guarda-DECA* ou *guarda-PAM-internação psiquiátrica*. Além disso, foi possível notar certa ressignificação das formas de se relacionar, principalmente nos momentos de maior aproximação e articulação entre equipes, repercutindo na diminuição da lógica do ‘surto’, a *expansão do diálogo, mediação dos conflitos* através da palavra e diminuição do uso da lógica coercitiva-punitiva de ameaças. Vivenciando esta perspectiva, é possível perceber que há movimentos instituintes possíveis, que demandam energia, disponibilidade e criação de espaços de discussão e análise, pois estas passagens possíveis são rapidamente capturadas pela lógica institucional enraizada.

6. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A complexidade das questões sociais que chegam ao acolhimento institucional requer mudanças tanto nas práticas como no contexto cultural, sendo importante promover movimentos de reflexão e crítica constantes para desnaturalizar e transformar os modos de ver, sentir e agir configurados dentro de determinadas formações históricas. Persistem certas deslegitimações dos modos de cuidar das famílias que nem sempre são acompanhadas pelos serviços socioassistenciais, mas que tendem a ser avaliadas como ‘incapazes’ no âmbito social e judicial. Cabe problematizar quais são as práticas utilizadas para criar espaços de reflexão e ressignificação dos modos de cuidar nas políticas sociais. A produção de urgências, a precarização dos vínculos laborais, o acúmulo de tarefas e a demanda por respostas rápidas e técnicas tendem a levar a práticas sobreimplicadas que impedem a análise reflexiva, contribuindo para a fragilização de espaços coletivos de discussão, cisão entre equipes e o fortalecimento da institucionalização de determinados modos de ver e intervir. Desta forma, torna-se necessário a construção de espaços reflexivos para dar visibilidade a estas tensões, colocar em análise os saberes e as práticas com a finalidade de problematizá-las para possibilitar a composição de formas singulares e criativas de intervir que atuem na garantia de direitos postulados pelas políticas sociais.

REFERÊNCIAS

BOCCO, Fernanda. Cartografias da Infração Juvenil. Porto Alegre: Abrapso Sul, 2009, 234p.

BRASIL. Constituição da República Federativa Brasileira. 1988.

_____. Lei nº 8.089/90 do dia 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. 1990

_____. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes. Brasília, 2009

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; Nascimento, Maria Lívia. Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político? In: ARANTES, Esther Maria.; Nascimento, Maria Lívia; FONSECA, Tânia Mara Galli. Práticas PSI inventando a vida. Niterói: EDUFF, 2007, pp 27-38

DELEUZE, Gilles ¿Que és un dispositivo? In: Michel Foucault, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1990, pp. 155-161. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: <http://escolanomade.org/2016/02/24/deleuze-o-que-e-um-dispositivo/> Acesso em: 14 de outubro de 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 1. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, 94 p.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. Revista Psicologia e Sociedade. Porto Alegre, v.19, n.1, jan/abr, 2007.

KASTRUP, Virgínia; BARROS, Regina Benevides. (2015) Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. In.: PASSOS, Eduardo; KASTUP, Virgínia; ESCÓSSIA. Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. 4ª Reimpressão. Porto Alegre: Sulina, 2015. pp. 76-91.

KIRST, Patrícia Gomes et. al. (2003) Conhecimento e Cartografia: tempestade de possíveis. In.: FONSECA, Tânia Mara Galli; KIRST, Patrícia Gomes (Orgs.). Cartografias e Devires: a construção do presente. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2003, pp. 91 -101.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Relações macropolíticas e micropolíticas no cotidiano do CRAS. In: *Psicologia & Sociedade*, 28(1), 2015, pp. 151-161.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. 1ª ed. 2006, 2ª ed. 2011.. Porto Alegre: Editora da universidade/UFRGS, 2011.

PASSOS, Eduardo.; BARROS, Regina Benevides. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In.: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. 4ª Reimpressão. Porto Alegre: Sulina, 2015, pp. 17-31.